DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ITIRAPINA

Conforme Lei Municipal nº 2.818, de 29 de dezembro de 2016

www.itirapina.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

Terça-feira, 16 de junho de 2020 | Ano I | Edição nº 317 | Página 1 de 26

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE ITIRAPINA	2
Licitações e Contratos	2
Aditivos / Aditamentos / Supressões	2
Concursos Públicos/Processos Seletivos	6
Gabarito	6

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Itirapina, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Itirapina poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.itirapina.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Itirapina
CNPJ 46.313.714/0001-50
Avenida Um, 106
Telefone: (19) 3575-9000
Site: www.itirapina.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Itirapina garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.itirapina.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ITIRAPINA

Conforme Lei Municipal nº 2.818, de 29 de dezembro de 2016

www.itirapina.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

PODER EXECUTIVO DE ITIRAPINA

Licitações e Contratos

Aditivos / Aditamentos / Supressões

EXTRATO DE ADITIVO

º Termo Aditivo de 15 de junho de 2020.

Referente ao Contrato Administrativo n° 060/2019, originário do Processo Administrativo n° 726/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 006/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

CONTRATADA: VERDEBIANCO ENGENHARIA EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM DE AGUAS SUPERFICIAIS, REDE PÚBLICAS COLETORA E DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, REDE PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA (INCLUSIVE GUIAS E SARJETAS) PARA O PROLONGAMENTO DA AVENIDA 11, INTERLIGANDO A RUA 04 NA RUA 05 COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAL E EQUIPAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TECNICAS ANEXAS AO EDITAL NO MUNÍCIPIO DE ITIRAPINA/SP.

Prorrogação de Prazo: 3 (três) meses – Vigência até 25 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

1º Termo de Apostilamento, de 05 de junho de 2020.

Referente a Ata de Registro n° 13/2020, originário do Processo Administrativo n° 003/2020, na modalidade Pregão Presencial n° 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

CONTRATADA: AMOM PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME

CNPJ N° 23.270.497/0001-63

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL NECESSIDADE POR MEIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA O SERVIÇO DE LOCAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA FÍSICA PARA OS EVENTOS PREVISTOS PARA 2020, A SER PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE E DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Com fundamento no art. 65. §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é modificação do gestor:

Fica designada a servidora Juliana Fernanda Paschoal como gestora da Ata de Registro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

1º Termo de Apostilamento, de 05 de junho de 2020.

Referente a Ata de Registro n° 11/2020, originário do Processo Administrativo n° 1.227/2019, na modalidade Pregão Presencial n° 002/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

CONTRATADA: M TENDAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME

CNPJ n° 11.451.870/0001-01

OBJETO: REGISTRAR PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO (DIÁRIA E MENSAL) DE

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ITIRAPINA

Conforme Lei Municipal nº 2.818, de 29 de dezembro de 2016

www.itirapina.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina

BANHEIROS QUÍMICOS, A SEREM UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Com fundamento no art. 65. §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é modificação do gestor:

Fica designada a servidora Juliana Fernanda Paschoal como gestora da Ata de Registro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

1º Termo de Apostilamento, de 05 de junho de 2020.

Referente a Ata de Registro n° 12/2020, originário do Processo Administrativo n° 03/2020, na modalidade Pregão Presencial n° 003/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

CONTRATADA: MARCIO FRANCISCO DO NASCIMENTO & CIA LTDA ME

CNPJ n° 07.350.942/0001-49

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL NECESSIDADE POR MEIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA O SERVIÇO DE LOCAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA FÍSICA PARA OS EVENTOS PREVISTOS PARA 2020, A SER PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE E DEMAIS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Com fundamento no art. 65. §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é modificação do gestor:

Fica designada a servidora Juliana Fernanda Paschoal como gestora da Ata de Registro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo n° 388/2020

Dispensa de Licitação n° 013/2020

Contrato Administrativo n° 015/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTÓLOGOS, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALISTAS, PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITIRAPINA/SP PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES.

Contratante: Município de Itirapina; CNPJ nº: 46.313.714/0001-50.

Contratada: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE MEDICINA E EDUCAÇÃO DE SÃO CARLOS – (OMESC), CNPJ nº 27.414.250/0001-24

Vigência: 04 (quatro) meses.

Valor de: R$ R$ 477.800,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e oitocentos reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 0134/2020
Carta Convite n° 005/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COLETOR TRONCO DE ESGOTO SANITÁRIO TIBIRIÇÁ – ENTRE OS POÇOS DE VISITAS DE Nº 30 E 37, NA RUA OITIBÓ ATE A AVENIDA PERIMETRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PROMOVIDA ATRAVÉS DE CONVENIO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

De acordo com os documentos contidos nos autos, faço público saber que HOMOLOGO o procedimento licitatório, que terá como adjudicatária, a empresa "**ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES**", inscrita no **CNPJ nº 59.598.029/0001-60.**

Serve este também para convocar, a partir desta data, a adjudicatária, *no prazo de 05 (cinco) dias úteis* para comparecer no paço municipal para assinatura do Contrato Administrativo.

Itirapina, 15 de junho de 2020.

Eng. JOSÉ MARIA CANDIDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo Nº 0134/2020
Carta Convite nº 005/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COLETOR TRONCO DE ESGOTO SANITÁRIO TIBIRIÇÁ – ENTRE OS POÇOS DE VISITAS DE Nº 30 E 37, NA RUA OITIBÓ ATE A AVENIDA PERIMETRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PROMOVIDA ATRAVÉS DE CONVENIO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA.

A Comissão Permanente de Licitações reuniu-se no Prédio da Prefeitura Municipal para Adjudicar a Carta Convite em epígrafe a empresa: **Engenharia e Comércio Bandeirantes**, por ter ofertado o menor valor global de **R$ 180.071,63**, (cento e oitenta mil setenta e um reais e sessenta e três centavos), para a realização do objeto do certame.

Itirapina, 15 de junho de 2020.

ELIANE AP. MARTINS GARCIA
Presidente Suplente da Comissão Permanente de Licitações

LUANA GONÇALVES DA SILVA
Membro da Comissão

MAIRA GODOY GOBBI
Membro da Comissão

GABRIELLE CRISTINA SALES
Membro da Comissão

Concursos Públicos/Processos Seletivos | **Gabarito**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46
CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: 384.070.017.115
FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE PROVAS PROCESSO SELETIVO N.º

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo para estagiários da Procuradoria-Geral do Município de Itirapina/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **torna público o Caderno de Provas e o Gabarito Preliminar:**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	E	C	A	E	D	E	E	C	B	C	A	B	E	D	B	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	E	C	E	B	D	D	D	A	A	C	B	B	A	D	C	D	A

14.2- O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito da prova objetiva disporá de **2 (dois) dias úteis**, excluindo-se, dessa contagem, o dia da divulgação e incluindo-se o do vencimento do prazo, devendo fazê-lo, portanto, entre os dias 16 e 17 de junho de 2020.

14.3- O recurso deverá ser protocolado na Procuradoria-Geral do Município, na sede da Prefeitura Municipal de Itirapina, no endereço Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 – telefone: (19) 3575.9000, no horário das 8h às 12h horas e das 13h às 17h horas, de segunda a sexta-feira; apresentado em formulário específico fornecido pela Comissão Organizadora ou por preenchimento dos recursos nos links a seguir: https://forms.gle/7J6sJVxFVgePPRug8 até às 24h do último dia do prazo especificado no ponto 14.2 deste Edital.

1 - Da prova objetiva:
a) folhas separadas para questões diferentes;
b) em cada folha, indicações do número da questão e do item, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pela Comissão Organizadora;
c) para cada questão, argumentação lógica e consistente;
d) capa única constando o nome, o número de inscrição e a assinatura do candidato;
e) recursos datilografados ou digitados.

14.4- As fundamentações das respostas aos recursos interpostos serão elaboradas pelo membro da Comissão Organizadora, responsável pela prova e disponibilizadas aos candidatos recorrentes.

14.5- Por ocasião da divulgação do resultado definitivo das provas, serão informadas as alterações decorrentes de deferimento de recursos.

14.6- O candidato deverá entregar o recurso em 2 (duas) vias quando físico.

14.7- Recursos inconsistentes, em formulário diferente do exigido ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão indeferidos.

14.8- Se do exame de recursos das provas objetivas resultar a anulação de questão(ões), a pontuação correspondente a essa(s) questão(ões) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

14.9- Em hipótese alguma o quantitativo de questões/itens da prova objetiva sofrerá alterações.

14.10- Se do exame de recursos das provas discursivas resultar alteração da nota do candidato, será corrigida sua classificação no resultado final do processo seletivo.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itirapina/SP, 15 de Junho de 2020.

Comissão Organizadora do Processo Seletivo
Murilo Delapieri Carrascosa
Vice-Presidente

Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

1

PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

*Obrigatório

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

1. Endereço de e-mail *

2. NOME DO CANDIDATO *

3. E-mail *

4. 1) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- ( ) B - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- ( ) C - Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento de obrigações tributárias.
- ( ) D - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- ( ) E - A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.

5. 2) Em matéria orçamentária, determina a Constituição Federal que os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social são compreendidos na lei: *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - do plano plurianual.
- ( ) B - de diretrizes orçamentárias.
- ( ) C - orçamentária anual.
- ( ) D - de responsabilidade fiscal.
- ( ) E - geral das finanças.

CONFERE COM
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

6. 3) Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal prevê que, como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatório(a) *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - a contribuição para o regime de previdência próprio.
- ( ) B - a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- ( ) C - que o servidor tenha dois anos de efetivo exercício.
- ( ) D - a aprovação em concurso público ou provimento do cargo em comissão.
- ( ) E - a posse há três anos, independentemente do tempo de efetivo exercício.

7. 4) A respeito da competência Municipal, segundo o disposto na Constituição Federal e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - Não é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- ( ) B - É constitucional lei municipal que estabelece regras para a cobrança em estacionamento de veículos.
- ( ) C - Compete ao Município legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- ( ) D - Compete ao Município organizar o sistema regional de emprego e condições para o exercício de profissões.
- ( ) E - Compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

8. 5) Com relação à autonomia municipal, consagrada pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- ( ) B - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, e promulgada pelo Prefeito Municipal.
- ( ) C - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- ( ) D - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, e promulgada pelo Prefeito Municipal.
- ( ) E - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quarenta e cinco dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.

9. 6) O princípio que objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica, previsto na Constituição Federal de 1988, em relação à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios, é o princípio da *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - impessoalidade
- ( ) B - legalidade.
- ( ) C - moralidade
- ( ) D - eficiência.
- ( ) E - publicidade.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascos
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

10. 7) A Constituição Federal de 1988 prevê que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - legislar sobre proteção à infância e à juventude.
- ( ) B - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia e cartografia.
- ( ) C - estabelecer normas de trânsito e transporte.
- ( ) D - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas.
- ( ) E - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

11. 8) O artigo 110 do Código Tributário Nacional prevê que a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal. Analisando o teor do dispositivo, poder-se-ia afirmar que ele nem se faria necessário, pois em um conflito entre a Constituição Federal e uma norma infraconstitucional, a primeira é que deve sempre prevalecer, por conta da aplicação do principio interpretativo constitucional *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - da ponderação ou balanceamento.
- ( ) B - da proporcionalidade ou razoabilidade.
- ( ) C - do efeito integrador.
- ( ) D - da supremacia constitucional.
- ( ) E - da concordância prática ou harmonização.

CONFERE COM O ORIGINAL
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

12. 9) Nos termos do art. 31, § 2o , da Constituição Federal, é correto afirmar que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - só poderá ser apreciado por órgãos judiciários de primeira e segunda instância e membros do Ministério Público.
- ( ) B - será analisado quando da criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- ( ) C - será submetido ao Congresso Nacional, após análise do Tribunal de Contas da União.
- ( ) D - só atenderá ao fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõe o art. 26, parágrafo 2º.
- ( ) E - só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

13. 10) Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade: *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - atos e regulamentos administrativos se houver a denominada inconstitucionalidade oblíqua ou reflexa.
- ( ) B - leis e atos normativos federais e estaduais anteriores à Constituição.
- ( ) C - leis e atos normativos federais, estaduais e municipais anteriores e posteriores à Constituição.
- ( ) D - leis e atos normativos federais e estaduais anteriores e posteriores à Constituição.
- ( ) E - leis e atos normativos federais e estaduais posteriores à Constituição.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

14. 11) É correto afirmar, nos termos da Lei nº 8.666/93, que na hipótese de licitação *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - deserta, a contratação direta somente ocorrerá se o procedimento não puder ser repetido com ou sem prejuízo à Administração, sendo desnecessária a observância das condições estabelecidas inicialmente.
- ( ) B - fracassada, quando não surgirem interessados, a contratação poderá ocorrer de forma direta, necessitando apenas da publicação do motivo.
- ( ) C - deserta, a contratação direta somente ocorrerá se o procedimento não puder ser repetido sem prejuízo à Administração e desde que mantidas as condições estabelecidas inicialmente.
- ( ) D - fracassada, quando os participantes não obtêm a habilitação, a contratação poderá ocorrer de forma direta, necessitando apenas da publicação do motivo.
- ( ) E - desclassificada, a contratação direta somente ocorrerá se o procedimento não puder ser repetido sem prejuízo à Administração e desde que mantidas as condições estabelecidas inicialmente.

15. 12) Consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.É correto afirmar que o enunciado se refere ao seguinte atributo do ato administrativo: *

Marcar apenas uma oval.

- A - presunção de legitimidade.
- B - autoexecutoriedade.
- C - presunção de veracidade.
- D - imperatividade
- E - independência de administração.

CONFERE COM O ORIGINAL
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

16. 13) Segundo o disposto na Lei no 8.666/93, num processo licitatório para aquisição de bens ou serviços pela Administração, a empresa licitante que comprove cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, *

Marcar apenas uma oval.

- A - ficará isenta dos tributos federais incidentes sobre a contratação.
- B - pode ser contratada diretamente por dispensa de licitação.
- C - assegura preferência, em igualdade de condições, para fins de desempate.
- D - pode ser contratada diretamente por inexigibilidade de licitação.
- E - será dispensada das formalidades contratuais na licitação.

17. 14) É ato que goza de imperatividade: *

Marcar apenas uma oval.

- A - a aplicação de multas administrativas.
- B - a assinatura de contratos administrativos.
- C - a expedição de certidões negativas de débitos.
- D - a autorização para a abertura de licitações.
- E - a concessão de licenças administrativas.

15/06/2020 PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

18. 15) O pregão é modalidade de licitação mais flexível que as demais modalidades previstas em lei, utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns. A este respeito, com fundamento na Lei no 10.520/2002, é correto afirmar: *

Marcar apenas uma oval.

- A - o pregão deverá ser sempre presencial, ainda que com auxílio da utilização de recursos de tecnologia da informação.
- B - consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- C - assim como na concorrência, no pregão, a fase de habilitação dos licitantes precede a fase de apresentação de propostas.
- D - declarado o vencedor do pregão, qualquer licitante poderá manifestar no prazo de 5 (cinco) dias a intenção de recorrer do resultado.
- E - é permitida a exigência de garantia de proposta no pregão, por expressa aplicação supletiva da Lei no 8.666/1993 às regras fixadas para o pregão.

19. 16) Nos moldes da Lei n° 8.666/1993, se um órgão público pretender contratar profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, *

Marcar apenas uma oval.

- A - não poderá fazê-lo diretamente, mas somente por meio de empresa terceirizada.
- B - poderá fazê-lo livremente, desde que o órgão tenha oferecido o contrato a pelo menos 3 (três) artistas diferentes.
- C - somente poderá contratá-lo por meio de licitação na modalidade concorrência.
- D - poderá efetuar a contratação direta, por dispensa de licitação.
- E - terá a possibilidade de fazê-lo diretamente, por inexigibilidade de licitação.

https://docs.google.com/forms/d/1v8571S2Xc_zuiFnz489stTrzqgSMFuCFnW-3NgHWOmo/edit 8/20

20. 17) Se um ato administrativo é praticado com fundamento falso, vale dizer, incompatível com a verdade real, impõe-se a extinção do ato administrativo, por meio da *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - revogação, que poderá ser praticada pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, se devidamente provocado.
- ( ) B - anulação, que poderá ser praticada somente pela própria Administração.
- ( ) C - revogação, que poderá ser praticada somente pela própria Administração.
- ( ) D - anulação, que poderá ser praticada pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, se devidamente provocado.
- ( ) E - revogação, que poderá ser praticada somente pelo Poder Judiciário.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Calapbieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

21. 18) Sobre a desapropriação, a Carta Magna brasileira dispõe que *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - será paga em títulos da dívida pública quando o imóvel for para uso do próprio poder público.
- ( ) B - a utilidade pública é uma das finalidades que embasam o procedimento de desapropriação.
- ( ) C - ela será implementada sobre bens imóveis, mas a Constituição veda que recaia sobre bens móveis ou direitos.
- ( ) D - o pagamento ao proprietário do bem desapropriado será feito imediatamente após o trânsito em julgado da ação de desapropriação.
- ( ) E - a Constituição Federal veda, expressamente, a desapropriação de bens públicos.

22. 19) A Lei nº 8.666/93 prevê várias modalidades de licitação, são dois exemplos: *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - concurso e tomada de preços.
- ( ) B - adjudicação e concorrência.
- ( ) C - empreitada e convite.
- ( ) D - leilão e hasta pública.
- ( ) E - penhora e concorrência.

15/06/2020 PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

23. 20) "Todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vinculo e a estipulação de obrigações reciprocas, seja qual for a denominação utilizada."Conforme o teor da Lei nº 8.666/93, essa é uma definição de *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - licitação.
- ( ) B - contrato.
- ( ) C - serviço público.
- ( ) D - projeto.
- ( ) E - empreitada.

CONFERE COM O ORIGINAL
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

24. 21) A Constituição Federal, no artigo 145, aponta os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria como tributos que compõem o Sistema Tributário Nacional. Assim, é correto afirmar que *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - o imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador o exercício do poder de polícia.
- ( ) B - o imposto é uma prestação pecuniária que incide sobre fatos descritos em lei só pela atuação do contribuinte.
- ( ) C - a taxa tem por fato gerador a valorização de imóveis do contribuinte em decorrência da execução de obras públicas.
- ( ) D - a taxa é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.
- ( ) E - a contribuição de melhoria pressupõe a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

https://docs.google.com/forms/d/1v8571S2Xc_zuiFnz489stTrzqgSMFuCFnW-3NgHWOmo/edit 10/20

15/06/2020 PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

25. 22) Em sessão legislativa, os vereadores de determinado município pretendiam aprovar projeto que alteraria regras relacionadas à cobrança do IPTU. Considerando o texto Constitucional e que a citada lei foi aprovada no mês de dezembro de 2018, identifique a alternativa que apresenta a melhor solução jurídica. *

Marcar apenas uma oval.

Murilo [illegible] CONFERE COM O ORIGINAL Procuradoria Geral do Município OAB/SP 375.129

- A - Se o projeto de Lei pretendia aumentar o tributo, ele poderia ser realizado inclusive por decreto do chefe do Poder Executivo.
- B - Se aprovado o projeto de Lei em sessão plenária, a cobrança poderia ser retroativa em homenagem ao Princípio da Irretroatividade Tributária.
- C - O imposto poderá ser cobrado de forma progressiva em razão do valor do imóvel, ou ter alíquotas diferenciadas de acordo com a localização do imóvel.
- D - Sendo a lei sancionada pelo prefeito da cidade, em caso de aumento da alíquota, o imposto só poderá ser exigido no próximo exercício financeiro.
- E - Após a aprovação da lei, é permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, desde que em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

https://docs.google.com/forms/d/1v8571S2Xc_zuiFnz489stTrzqgSMFuCFnW-3NgHWOmo/edit 11/20

15/06/2020 PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

26. 23) O Município X realizou obras de asfaltamento de vias públicas municipais no ano 2017, causando valorização imobiliária. Em decorrência, instituiu, por meio de decreto, contribuição de melhoria, com o intuito de fazer face ao custo da obra. Foi estabelecido um valor fixo de R$ 500,00 (quinhentos) reais de contribuição, calculado sobre a despesa total incorrida pelo Município para a realização da obra, a ser pago por todos os contribuintes antes da entrega da obra. Considerando as disposições constantes do Código Tributário Nacional, a instituição da contribuição de melhoria *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - não atendeu aos requisitos legais, pois não considerou, na quantificação do valor a ser pago, o montante de valorização imobiliária que cada contribuinte obteve individualmente e não fora instituída por lei, como determinado pela legislação.
- ( ) B - atendeu aos requisitos legais, sendo instituída por decreto, com a finalidade de fazer frente ao custo da obra, que foi rateado entre os contribuintes que dela se beneficiaram.
- ( ) C - atendeu aos requisitos legais, pois sua instituição e cobrança ocorreram antes da entrega da obra, permitindo o uso dos valores arrecadados para financiar o asfaltamento.
- ( ) D - não atendeu aos requisitos legais, pois foi cobrada apenas dos beneficiados com a obra e não de todos os munícipes.
- ( ) E - atendeu aos requisitos legais, observando o princípio da isonomia na fixação dos valores a serem pagos por aqueles que foram beneficiados pela obra.

27. 24) Nos termos da Lei nº 6.830/80, pode-se afirmar que a petição inicial da execução fiscal *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - deverá ser acompanhada da planilha de cálculo do valor do débito.
- ( ) B - poderá conter requerimento para a citação e para penhora de bem específico indicado pela Fazenda Pública.
- ( ) C - deverá especificar as provas que serão produzidas pela Fazenda Pública.
- ( ) D - deverá indicar, como valor da causa, o valor da dívida constante da certidão, sem os encargos legais.
- ( ) E - poderá constituir um único documento juntamente com a CDA.

Procurador do Município OAB/SP 375.129

12/20 https://docs.google.com/forms/d/1v8571S2Xc_zuiFnz489stTrzqgSMFuCFnW-3NgHWOmo/edit

28. 25) Na forma das respectivas leis, poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - a União e os Estados.
- ( ) B - a União e os Municípios.
- ( ) C - os Municípios e o Distrito Federal.
- ( ) D - a União e o Distrito Federal.
- ( ) E - os Estados e os Municípios.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

29. 26) Nos termos do Código Tributário Nacional, a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos autoriza a cobrança de *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - imposto, em razão da universalidade da atividade administrativa.
- ( ) B - impostos, em razão da impessoalidade da atividade administrativa.
- ( ) C - tarifas, em razão da concessão ou autorização por parte do Poder Público.
- ( ) D - taxa, em razão da utilização de serviço público prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- ( ) E - taxa, em razão do exercício regular do poder de polícia.

30. 27) Acerca dos institutos da prescrição e da decadência, é correto afirmar que *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - é possível a renúncia à decadência fixada em lei.
- ( ) B - os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo entre as partes.
- ( ) C - não corre a prescrição contra os relativamente capazes.
- ( ) D - em regra, aplicam-se à decadência as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- ( ) E - a prescrição que se inicia em desfavor de uma pessoa não continua a correr contra seu sucessor.

CONFERE COM O ORIGINAL
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

31. 28) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - a partir do trânsito em julgado de ação de reparação de danos.
- ( ) B - a partir de sentença que reconhecer a responsabilidade civil.
- ( ) C - quando interpelado extra ou judicialmente.
- ( ) D - desde a data da prática do ato.
- ( ) E - desde a citação em ação de reparação de danos.

15/06/2020 PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

32. 29) No que diz respeito à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Salamanca Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

- A - Possui como objetivo preservar a dependência da pessoa jurídica com o sócio ao coibir os atos praticados pelos seus sócios.
- B - Visa à anulação da personalidade jurídica quando não for possível encontrar bens do sócio que satisfaçam a obrigação.
- C - A insolvência ou falência da pessoa jurídica, acarretando no inadimplemento de suas obrigações, caracteriza sua desconsideração.
- D - A desconsideração inversa é o afastamento do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação do sócio.
- E - A personalidade jurídica da sociedade se confunde com a personalidade jurídica dos sócios, por isso o sócio pode postular em nome próprio direito de entidade.

33. 30) Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inex¬periência, se obriga a prestação manifestamente despropor¬cional ao valor da prestação oposta, configura-¬se o defeito do negócio jurídico denominado no Código Civil como *

Marcar apenas uma oval.

- A - erro ou ignorância.
- B - estado de perigo.
- C - estado de necessidade.
- D - lesão.
- E - coação.

15/20 https://docs.google.com/forms/d/1v8571S2Xc_zuiFnz489stTrzqgSMFuCFnW-3NgHWOmo/edit

34. 31) Assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - Toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é uma relação de emprego.
- ( ) B - A prestação de serviços autônomos é aquela executada por conta e risco do tomador dos serviços.
- ( ) C - A relação de trabalho temporária é aquela que se realiza sem predeterminação de prazo, reconhecida pela lei como relação de emprego.
- ( ) D - O avulso não-portuário desenvolve atividades de movimentação de mercadorias em áreas urbanas, com vínculo empregatício e intermediação de sindicato.
- ( ) E - Tanto a relação de trabalho temporário quanto o trabalho avulso não-portuário não encontram legislação específica, sendo integralmente regidos pela CLT.

CONFERE COM O ORIGINAL
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

35. 32) O contrato de trabalho poderá ser acordado *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - de forma tácita ou expressa, verbalmente ou por escrito.
- ( ) B - de forma tácita ou expressa, desde que seja por prazo indeterminado.
- ( ) C - verbalmente ou por escrito, não se admitindo o acordo tácito.
- ( ) D - verbalmente, exceto quando se tratar de contrato por prazo determinado.
- ( ) E - tacitamente, desde que o empregado não seja menor de 18 anos.

15/06/2020

PROVA - PROCESSO SELETIVO PGM ITIRAPINA

36. 33) Assinale a alternativa que define corretamente o contrato de trabalho. *

Marcar apenas uma oval.

CONFERE COM O ORIGINAL
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

( ) A - Ato jurídico negocial em que o empregado, pessoa natural ou jurídica, presta serviços de forma pessoal, subordinada e não eventual ao empregador, recebendo, como contraprestação, sua remuneração.

( ) B - Negócio jurídico bilateral em que o empregado, pessoa natural, presta serviços de forma impessoal, subordinada e eventual ao empregador, recebendo, como contraprestação, sua remuneração.

( ) C - Negócio jurídico em que o empregado, pessoa natural, presta serviços de forma pessoal, subordinada e não eventual ao empregador, recebendo, como contraprestação, sua remuneração.

( ) D - Ato jurídico negocial bilateral em que o empregado, pessoa natural, presta serviços de forma pessoal, insubordinada e eventual ao empregador, recebendo, como contraprestação, sua remuneração.

( ) E - Negócio jurídico em que o empregado, pessoa natural, presta serviços de forma pessoal, subordinada e não eventual ao empregador, dispensada a contraprestação, sua remuneração.

37. 34) Leonardo propôs duas ações de reparação de dano. Uma contra Laura, e outra contra Luana e Larissa. Laura, Luana e Larissa foram devidamente citadas. Em relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

( ) A - A revelia produzirá seus efeitos contra Larissa se ela não apresentar contestação, ainda que Luana conteste a ação.

( ) B - Se as alegações de Leonardo estiverem em contradição com prova constante dos autos, a revelia não produzirá efeitos contra Laura, ainda que ela não apresente contestação.

( ) C - Caso Laura não constitua advogado, seu prazo fluirá da data da juntada dos atos decisórios ao processo.

( ) D - Se Luana e Larissa não contestarem a ação, presumir-se-ão verdadeira as alegações de fato e de direito formuladas por Leonardo.

( ) E - Caso transcorra o prazo sem a apresentação de contestação, Laura não poderá mais intervir no processo.

https://docs.google.com/forms/d/1v8571S2Xc_zuiFnz489stTrzqgSMFuCFnW-3NgHWOmo/edit 17/20

38. 35) Sobre o instituto da citação, assinale a alternativa correta. *

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

Marcar apenas uma oval.

- A - A citação será pessoal, não podendo ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado, que apenas os representarão após sua formalização.
- B - A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
- C - A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, não sendo relevante o conteúdo da demanda, podendo ser citado através dessa modalidade quem for réu em ações de estado ou quando o citando for pessoa de direito público.
- D - Se fará citação por oficial de justiça apenas se a tentativa de citação por correio for frustrada, não tendo o autor a possibilidade de, desde o início do trâmite processual, requerer a citação por essa forma.
- E - A citação com hora certa não será efetivada se a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.

39. 36) Em regra, a apelação terá efeito suspensivo. Contudo, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que *

Marcar apenas uma oval.

- A - confirma, concede ou revoga tutela provisória.
- B - julga procedentes os embargos do executado.
- C - julga improcedente o pedido de instituição de arbitragem.
- D - julga improcedente a ação de interdição.
- E - extingue a ação de cobrança com resolução do mérito.

40. 37) De decisão proferida pelo relator em recurso de apelação caberá o seguinte recurso: *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - Recurso Extraordinário.
- ( ) B - Recurso Ordinário.
- ( ) C - Agravo de Instrumento.
- ( ) D - Agravo Interno.
- ( ) E - Embargos de Divergência.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieri Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.12[illegible]

41. 38) Depois da contestação, é lícito ao réu deduzir novas alegações quando *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato.
- ( ) B - estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
- ( ) C - relativas a direito ou a fato superveniente.
- ( ) D - não competir ao juiz conhecer delas de ofício.
- ( ) E - sem expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

42. 39) Sobre as tutelas provisórias estabelecidas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- ( ) B - A tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- ( ) C - Para a concessão da tutela de urgência o juiz não pode exigir caução real ou fidejussória.
- ( ) D - A tutela da evidência poderá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- ( ) E - A decisão que concede a tutela fará coisa julgada.

43. 40) No sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, admite-se *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) A - o litisconsórcio ativo.
- ( ) B - a denunciação da lide.
- ( ) C - a assistência.
- ( ) D - a oposição.
- ( ) E - o chamamento ao processo.

CONFERE COM O ORIGINAL
Murilo Delapieve Carrascosa
Procurador do Município
OAB/SP 375.129

44. DISCURSIVA - Tema a ser discorrido em até 30 linhas: Os desafios do Poder Público no combate à pandemia causada pelo Coronavírus (COVID 19). *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários